

A IMPOSSIBILIDADE DA RESSIGNIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NUMA PERSPECTIVA MARXISTA

RODRIGUES, Daniel – UFPE – danielrodrigues7@yahoo.com.br

GT: Trabalho e Educação / n.09

Agência Financiadora: CNPq

Educadores, teóricos historicamente comprometidos com a causa emancipatória da classe trabalhadora, vêm, com afínco, elaborando a crítica ao modelo dominante de competências e propondo uma resignificação sob a ‘matriz crítico-emancipatória’. No nosso entendimento, esse esforço, mesmo caracterizado como um esforço sério e honesto na disputa pelo termo ‘competência’, é uma tarefa fadada a ser inviabilizada pela própria realidade.

Mesmo acertando no diagnóstico do modelo das competências, a tentativa de Deluiz, exatamente pelo seu compromisso, de dar uma saída favorável aos trabalhadores obscurece algumas questões centrais para o entendimento das competências. São exigências postas pelo padrão capitalista atual de acumulação flexível, neotaylorista ou toyotista, que a própria autora aponta: competitividade, produtividade, agilidade e racionalização de custos. A questão é: como resignificar em favor dos trabalhadores essas exigências centrais?

No modelo das competências o controle da força de trabalho se expressa através de estratégias de ressocialização e aculturação pela conformação da subjetividade do trabalhador. A ênfase na identificação dos interesses de patrões e empregados – que se convertem em uma comunidade social de colaboradores –; a autogestão pela internalização da disciplina; o controle exercido sobre os trabalhadores por seus próprios colegas no trabalho em equipe e a sobrevalorização de aspectos atitudinais (o saber-ser) conferem ao modelo das competências a possibilidade de um controle menos formalizado e mais difuso sobre a força de trabalho, evitando-se as resistências e os conflitos (DELUIZ, 2001, p.2).

Como vemos, o processo de controle é exposto através de um movimento de construção de uma nova cultura, que é exatamente a expressão mais acabada do ‘ser’ capitalista. É um comportamento desenvolvido e requerido para os executivos – um processo de internalização do controle incidindo de forma difusa. Sem estas características não têm sentido as competências.

Esse modelo está umbilicalmente ligado a uma expressão fetichizada da mercadoria. No caso, à mercadoria força de trabalho. Quando se defende a prática e a teoria das competências, tem-se como pressuposto o caráter ahistórico da força de

trabalho. Expressão do próprio capital enquanto processo de dominação na formação da sua força de trabalho. Nesse processo atual, de construção da força de trabalho, é fundamental a manutenção da exploração, da divisão da classe trabalhadora, da concorrência e da absorção dos fundamentos capitalistas pela mesma.

Kuenzer define a competência de outra forma. No nosso entendimento, a autora não aponta para uma leitura da realidade como um todo, resumindo-a em um aspecto da mesma, inclusive no seu aspecto metodológico da construção do conceito, ou da noção de competências¹.

Nesta definição, Kuenzer vai restringir-se a uma visão dentro da fábrica², colocando a ação próxima dos eventos, da imprevisibilidade, como a mobilização de todos os seus conhecimentos para resolver um problema. Ela vai descrever toda a capacidade de trabalho para o processo produtivo, sem em algum momento questionar que este processo de trabalho é o movimento fundamental de extração da mais-valia. Além desta visão, a autora superpõe o conceito de práxis, bem colocado por Vázquez, dando a entender que o mesmo se aproximaria da categoria das competências em sua ressignificação.

Ao assim compreender a categoria competência, já se conferia destaque ao ponto que constitui objeto deste texto: a necessidade de desenvolver a capacidade de articular conhecimentos teóricos e práticas laborais, reafirmando-se a compreensão de que o simples domínio do conhecimento por parte do operador, seja tácito, seja científico, não é suficiente para que se estabeleça a competência, compreendida na sua dimensão de práxis, posto que esta, segundo Vázquez, ‘é atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente’ (KUENZER, 2004, p.1-2).

Além disto, a autora olvida as caracterizações críticas da competência, como, por

¹ “Naquela ocasião, com apoio na teoria mas também nas entrevistas levadas a efeito com 148 operadores, mostramos que é possível compreender a categoria competência como a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida.... vinculada à idéia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos” (KUENZER, 2004, p.1).

² Bom ressaltar que no seu livro “A Pedagogia da Fábrica”, uma pesquisa realizada no início dos anos de 1980, Kuenzer tinha uma posição muito clara em relação ao processo de formação que o capital propunha para os trabalhadores: “Se são as relações sociais e técnicas de produção que educam o trabalhador e se, no modo de produção capitalista, estas relações se caracterizam pela divisão e heterogestão, encontram-se aí, no processo de trabalho assim constituído, o fundamento da pedagogia do trabalho” (KUENZER, 2002a, p.12).

exemplo, as já citadas por Deluiz. Reduz a um problema técnico, como se fosse apenas um componente das forças produtivas, desligado das relações sociais de produção. A divisão social do trabalho não aparece nesta concepção, nem a da subsunção real, muito menos a visão da mercantilização da força de trabalho, apesar de ter a mesma como referência a práxis revolucionária e sabendo estar dentro “[d]o regime da acumulação flexível” (KUENZER, 2004, p.3).

O nosso esforço de apresentar a competência partindo dos fundamentos capitalistas tem como objetivo demonstrar que esse conceito existente carrega consigo a divisão social do trabalho e a perspectiva não só enquanto uma força produtiva, mas inserida nas relações sociais capitalistas. A divisão capitalista do trabalho caracteriza claramente a serventia essencial do modelo de competências, que tem em sua raiz as novas práticas do capital, ainda mais radicais, exigindo uma inserção maior dos trabalhadores na visão e prática do capital. Em sua essência, o modelo não deixa dúvidas de que deve, no mínimo, respeitar e, na média, defender os interesses das empresas, ou melhor, dos empresários. Os projetos de formação exigem os objetivos que o capital impõe coercitivamente, ou por consenso, à força de trabalho.

Kuenzer aborda a situação contraditória de que o trabalhador, na acumulação do capital, estaria a favor da exploração de sua força de trabalho, mas não dá uma conseqüência a esta assertiva. Critica o pragmatismo, mas não identifica a própria competência como parte intrínseca de teorias defensoras do sistema capitalista, como o pragmatismo, a postura eclética, a pós-modernidade. Questiona as competências sob cunho neoliberal, que dão ênfase aos comportamentos e não aos conhecimentos transversais. Ressalta a relação entre o sujeito e objeto, mas abdica do caráter revolucionário da práxis. Este movimento é muito comum, quando se faz a crítica terminal do taylorismo/fordismo enquanto a crítica do capital como um todo. Conseqüentemente, a percepção que se apresenta como uma grande saída dessa relação mecânica, injusta, hierárquica, entre outras características, encontra-se na produção flexível e, portanto, é passível de dar um salto de qualidade positivo em direção aos interesses de uma empresa, na atualidade³. Um modelo de competências capitalista em essência torna-se ‘libertário’. A autora cita o seu estudo na Repar (Refinaria Getúlio

³ Como já havíamos citado, em seu livro ‘Pedagogia da Fábrica’, “*A utopia, portanto, está na autogestão, compreendida como o controle da produção por todos os homens, com o estabelecimento da hegemonia do trabalho sobre o capital*” (KUENZER, 2002a, p. 56). Como podemos ver, essa postura pressupõe o fim da subsunção do trabalho pelo capital, no controle da produção pelos trabalhadores, situação impossível de ser defendida em qualquer molde do capitalismo.

Vargas):

A concepção metodológica que vem sendo desenvolvida na Repar, e que na prática já vem se evidenciando adequada, compreende o processo de produção do conhecimento como resultante da relação entre o homem e as relações sociais em seu conjunto, através da atividade humana (KUENZER, 2004, p.15).

Deluiz também se refere ao lado positivo do modelo das competências, necessidade intrínseca, a nosso ver, para construir uma ressignificação da mesma. Evidente que os processos de desenvolvimento das forças produtivas devem ser apropriados pelos trabalhadores. Eles são os criadores fundamentais desses processos, mesmo dentro de um movimento alienante. Se isolarmos alguns elementos que compõem a noção de competências, colocando-os fora do contexto capitalista atual, não haveria um ser humano que fosse com a vontade de contestar esses ingredientes como a autonomia ou a criatividade, por exemplo. Só que entendemos que estas características das competências devem ser analisadas dentro do objeto maior e das relações de que este advém, no caso, das competências dentro das relações capitalistas. Ali, o significado é decifrado pelos interesses do capital. Até podem ser disputados elementos isolados, com a autonomia, mas vista dentro da relação coisificada, mercantilizada, ela passa a ter um significado classista burguês. Essa totalidade, as competências, tem uma natureza e objetivo histórico que é a radicalização da formação da força de trabalho enquanto mercadoria.

Mesmo num processo alienante, entendemos que o trabalho é realizador da construção da humanidade. Ela realiza a objetivação do trabalho. No entanto, devemos ser bastante criteriosos nessa referência ao lado positivo do processo de trabalho, pois o mesmo, em hipótese alguma, deve ser visto desligado de suas conseqüências nefastas. Além disso, no processo de fetiche, esses elementos, quando postos neste conjunto de competências, adquirem um caráter contrário se tomados idealizadamente. Marx já apontava a utilização das exigências para o trabalhador aproveitar-se em sua formação, mas nunca desvinculando da sua natureza real dentro do capitalismo, com efeitos trágicos para os trabalhadores:

Por meio da maquinaria, dos processos químicos e de outros modos, a indústria moderna transforma continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Com isso revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massa de trabalhadores de um ramo de produção para outro. Exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade

do trabalhador em todos os sentidos. Entretanto, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas peculiaridades rígidas. Já vimos como essa contradição absoluta elimina toda a tranquilidade, solidez e segurança da vida do trabalhador, mantendo-o sob a ameaça constante de perder os meios de subsistência ao ser-lhe tirado das mãos o instrumental do trabalho, de tornar-se supérfluo, ao ser impedido de exercer sua função parcial; com essa contradição se patenteia poderosa na hectacombe ininterrupta de trabalhadores, no desgaste sem freio das forças de trabalho e nas devastações da anarquia social. Este é o aspecto negativo (MARX, 1989, p. 557/8).

Ao mesmo tempo, Marx percebia que no movimento de desenvolvimento das forças produtivas, da maquinaria, em especial, eram exigidas novas habilidades dos trabalhadores. Era exigido um câmbio de um ramo para outro, uma “*maior versatilidade possível do trabalhador*” (MARX, 1989, p.558). Observava que, com a reprodução destes termos na divisão capitalista do trabalho, tinha como consequência a eliminação da tranquilidade diante da perda do emprego, diante de uma instabilidade contratual. Não são tão novas as consequências reais da formação da força de trabalho enquanto mercadoria e, mesmo dentro de sua positividade, a realização do trabalho humano carrega as relações de exploração: “*Ele só opera dentro de uma conexão que só existe depois da venda, no interior da oficina capitalista*” (MARX, 1989, p.413). Não há como pensar este modelo fora das relações de exploração. As positivities existentes devem ser entendidas e, portanto, mediadas dentro dos limites da própria relação capitalista, dentro da mercantilização da força de trabalho e de sua fetichização. Quando separamos o lado positivo do negativo formalmente, passamos a não entender o sentido da relação de exploração existente e dessa totalidade em especial, o modelo das competências. Vejamos ainda se em alguma medida, diante das críticas já feitas, as características determinantes para o modelo de competências são benéficas aos trabalhadores.

A adoção do modelo das competências no mundo do trabalho traz, no entanto, implicações contraditórias para o trabalhador. Por um lado, pode-se apontar, como **aspecto positivo**, a **valorização do trabalho**, que assume um caráter **mais intelectualizado**, **menos prescritivo**, exigindo a mobilização de competências que envolvem domínios cognitivos **mais complexos** e que vão **além da dimensão técnica**, demandando novas exigências de qualificação do trabalhador e a **elevação dos níveis de escolaridade**. Ressalta-se, também, positivamente, a **valorização dos saberes em ação**, da **inteligência prática dos trabalhadores**, **independente de títulos ou diplomas**; uma maior **polivalência** do trabalhador, que lhe permite lidar com diferentes processos e

equipamentos, assumir diferentes funções e tornar-se **multiquificado**; a possibilidade de construir competências coletivas a partir do trabalho **em equipe, maior comunicação, participação e autonomia para o planejamento, execução e controle dos processos produtivos** (DELUIZ, 2001, p.3 - Grifos nossos).

O primeiro ponto levantado por Deluiz é a valorização do trabalho. O sentido mais correto é que o capital não prescinde do trabalho. Ele é fundante na construção da riqueza, já dizia Smith. Portanto, o trabalho é a fonte de valor, diferentemente de sua valorização por parte da burguesia na própria relação capitalista de produção. Por outro lado, o sentido está na ‘valorização’ (com a precarização e tudo) específica de um trabalho relacionado com o intelectual, menos prescritivo, complexo, além da sua utilização técnica. Ora, o lado mais intelectual exigido do trabalhador é a sua predisposição para aumentar a produtividade, respondendo as necessidades do capital. Ou seja, uma intelectualidade ainda mais sob a lógica do executivo, do capitalista. Utilizar a intelectualidade para questionar, para subverter a lógica do capital, é extremamente danoso e perigoso para o crescimento da empresa, do capital. A nova intelectualidade positiva organizacional é aquela, no nosso entendimento, relacionada com a possibilidade de o trabalhador conhecer a ciência e também sua aplicabilidade em benefício da coletividade. Esta, no entanto, não nos parece ser a característica da utilização do saber como competência. Esta caracterização, pelo contrário, fica impedida ao trabalhador, ou, se quisermos individualizar, à maioria dos trabalhadores de sua realização, pois o critério do capital é a sua utilidade para realizar o produto enquanto uma mercadoria, para a extração e realização da mais-valia, especialmente o lucro.

Quanto à polivalência, esta já foi muito contestada por Frigotto (1996) e outros autores, como uma ação do capital no aproveitamento dos conhecimentos e habilidades do trabalhador, incorporando ao processo produtivo. Ela está relacionada a um processo de intensificação do trabalho, com o aumento da produtividade, na finalidade de combater a diminuição das taxas de lucro. Por fim, a individualização é uma expressão da fragmentação colocada para os trabalhadores. É uma necessidade do capital. O que dá o ponto da unidade é o próprio capital, os seus interesses, que, obviamente, caminham contra os interesses reais e gerais dos trabalhadores. A maior participação, a autonomia, é um movimento de controle do trabalho sob outra formatação. De forma alguma esses movimentos são autônomos, contraditando os interesses do capital. Portanto, mesmo os dados levantados como positivos devem ser mediados a partir da

seguinte questão: como o capital os utiliza e os constrói enquanto competências em seu benefício? Como se processa a autonomia, a participação, o aumento da qualidade individual do trabalhador na sua coletividade, e o próprio formato da empregabilidade, nas relações atuais? Essas características só são afirmativas no que tangem à disputa entre os trabalhadores. Essas qualidades são critérios de seleção e de exclusão; conseqüentemente, é o segredo das relações sob o formato das competências, que esconde seu lado perverso e, mais grave, transforma os ditames positivos, formalmente, em ditames de escravidão, na prática. O controle passa a ser internalizado, a autonomia é para aumentar o capital, a participação deve levar os trabalhadores a pensarem e a se comportarem como se fossem capitalistas. O processo de subsunção adquire um novo parâmetro. Posiciona o trabalhador sob a lógica do capital e seu fiel defensor⁴.

O modelo das competências, sob o ponto de vista menos perverso, requer uma humanização do capital, em nossa opinião, algo impossível de acontecer na reprodução capitalista. Processos de melhorias de condições de vida – parte da ‘humanização’ – existem graças à resistência e à luta dos trabalhadores contra o capital e às raízes civilizatórias que há muito já foram invertidas pelo capital. O lado tratado como positivo é cada vez mais restritivo para o conjunto da classe trabalhadora, vide o desemprego, o subemprego, o trabalho escravo, infantil etc, crescente no mundo. Ou seja, o aspecto civilizatório do capital é cada vez mais restritivo e excludente no sentido de apropriação do mesmo, não do sistema, obviamente. Essa humanização sistêmica é impossível. O que temos como humanização são fragmentos da mesma, exatamente na contraposição e afastamento do capital. Mesmo sendo parcial, o sentido não pode ser de legitimar o capital, ou de simplesmente humanizá-lo, como a pós-modernidade representa-o cabalmente.

Não se pode confundir a necessidade de acumular forças, uma tática de resistência construída, com a das estratégias negadoras da ruptura com o capital e, portanto, assumindo indiretamente a possibilidade da máxima do ‘fim da história’. Por outro lado, muitas das perspectivas bem intencionadas dessa resistência tornam-se processos legitimadores da manutenção do capital. Ou, ainda, algumas bandeiras de luta dos trabalhadores são tomadas pela burguesia para frear as conseqüências nefastas aos seus interesses⁵. Vão-se os anéis... Os dizeres de participação, autonomia, no modelo de

⁴ A competência é a expressão fetichizada dessa nova subsunção real da vida, de acordo com Tumolo (2000).

⁵ Ver Gramsci. (transformismo)

competências, podem-se caracterizar como elementos tomados pela burguesia para superar sua crise e submergir o trabalhador em seus interesses. Agora, quando configurados no conjunto de noções ou modelo de competências, assume o significado determinado pelo capital, mais do que isso, intrinsecamente compõe a formação fetichizada da força de trabalho. Uma das características dos críticos ao capital, dentro da lógica da pós-modernidade, do fim do trabalho enquanto categoria central é reconhecer as diferenças, as humilhações impetradas pelos dominantes e concluir que só existe o espaço de frear e de minimizar os efeitos do capital, cada vez mais internacionalizado, no local, no individual, no particular.

A aceitação da existência de um espaço de lutas dentro do capitalismo é o reconhecimento de uma sociedade em disputa. Entretanto, não podemos esquecer que a mesma tem um resultante histórico, que se transforma em condicionamento, que é ser dominada pelo capital. Não é uma disputa com forças em pé de igualdade. O capital, através dos capitalistas e asseclas, tem o controle fundamental. Os trabalhadores assalariados, no processo de sua sobrevivência, reproduzem essa sociedade. No caso, o papel das competências é de fortalecer esse processo reprodutivo, condicionado em favor do modo capitalista de produção atual.

O fato de reconhecermos a disputa não nos pode fazer capitular na fetichização desenvolvida no capital e em suas categorias. Devemos distinguir o que é disputável, no sentido de acumular forças para a luta de sua extinção, e o que é trabalhar para a legitimação da burguesia, sem efetivar a construção da ruptura⁶. No nosso entendimento, a efetivação da disputa é a própria denúncia da parcialidade e instrumentalidade que reforça o sistema capitalista e suas várias ações junto aos trabalhadores, inclusive o fetichismo que compõe a totalidade capitalista. O básico é entender que o modelo de competências existe, na prática, mas que não é emancipatório, pois está muito bem definido, por parte dos capitalistas, em suas finalidades históricas. São armas de combate para os próprios trabalhadores competirem entre si e não contra os capitalistas. É a preparação dos gladiadores para sua sobrevivência na arena do trabalho. Um grande fetiche, que transforma a necessidade do capital como necessidade da coletividade, em especial, como formadora da força de trabalho.

Como exemplo, a categoria capitalismo, na lógica marxista, não está em

⁶ Lembremos do reformismo histórico, com a lógica internista de que por dentro do capitalismo poderia se construir uma nova sociedade. Com uma diferença, ele apontava para uma sociedade claramente socialista.

disputa⁷. O capital, em sua forma organizativa, na prática, não tem como ser favorável aos trabalhadores, em sua totalidade, apesar de existirem elementos conquistados pelos trabalhadores devido à própria dinâmica da luta de classes. O capitalismo é uma forma dominante da organização burguesa. Dentro da lógica da emancipação não há como construí-lo e, portanto, desejar de forma conseqüente um capitalismo favorável aos trabalhadores. No nosso entendimento, a categoria das competências está no mesmo campo prático e teórico.⁸ É impossível uma formação da força de trabalho mercantilizada, das competências dos trabalhadores, na lógica dos trabalhadores. Não seria uma mudança conceitual que lhe mudaria as práticas e interesses que lhes correspondem na atualidade. Por si só, é impossível, a não ser que seja uma mágica semântica, um ‘capitalismo social’, ou ‘socialista’, no caso, uma ‘competência social’ ou ‘socialista’. A expressão ‘capitalismo’ refere-se a uma prática social cristalizada nas relações humanas de exploração, com seus fundamentos estabelecidos historicamente. No mesmo entendimento está a categoria de competência, uma prática social cristalizada em favor dos capitalistas. Uma prática de luta, de competição, para fragmentar os próprios trabalhadores.

A impossibilidade de ressignificar o capitalismo para os trabalhadores

No nosso entendimento, ressignificar o modelo de competências está limitado ao ressignificar do capitalismo. Mais ainda, dentro do modelo político econômico do neoliberalismo, uma tarefa que, em conseqüência, dá um sentido legitimador das políticas do mesmo. A ressignificação do projeto dos trabalhadores já está sendo feita na prática pelo movimento sindical. De que forma? Quando a CUT (Central Única dos Trabalhadores) abandona sua radicalidade contra o capital e passa a apontar a cidadania como o seu eixo central, uma ressignificação em favor da legitimação da ordem vigente, e não um patamar para o seu questionamento e enfrentamento real. Amaral (2005) analisa as modificações concretas que ocorreram no movimento sindical brasileiro, tanto em suas orientações como em suas práticas. O eixo organizativo, com alicerce classista, combativo e revolucionário, dá passagem à concepção que privilegia a participação propositiva no sistema, a defesa da cidadania e a realização de políticas

⁷ Aprofundando a questão poderíamos dizer que no capitalismo os trabalhadores realizam a disputa de classes, só que a disputa dentro do capitalismo, limitado às reformas, não é exatamente uma disputa classista de cunho revolucionário.

⁸ No caso, RAMOS (2001) defensora da ressignificação vai rever sua posição (2003) dentro da impossibilidade de realização pelos pressupostos epistemológicos do modelo das competências, baseado em estudos de DUARTE (2003) que tornaria estranho cultivá-lo, ou mesmo redirecioná-lo com pressupostos marxistas.

públicas. Evidentemente que as visões reformadoras do capital ‘humanistas’ vão crescer com uma conjuntura ideológica favorável ao capital, fruto de uma conjuntura adversa à classe trabalhadora.

Os documentos da CUT, relacionados, principalmente, à política industrial e à política educacional, nos parecem ser ilustrativos de uma mudança de posição da Central, a qual passa a incorporar as mudanças no campo da economia como elementos inexoráveis à conjuntura brasileira e a propor conteúdos, posturas e instrumentos conciliatórios que apostam em ganhos para os trabalhadores, na perspectiva de reversão das desigualdades sociais, e em uma agenda propositiva que admite concepções liberalizantes na condução de políticas setoriais, a exemplo da necessidade de redefinição da relação do Estado com o mercado (AMARAL, 2005, p.27).

Kuenzer conjuga essa nova forma de fazer sindicalismo com a radicalidade em duas pilstras de conteúdos: a ética e a cidadania. Estes são os alicerces para discutir política e sociedade:

... articulação entre saber para o mundo do trabalho e saber para o mundo das relações sociais, privilegiando-se conteúdos demandados pelo exercício da ética e da cidadania, os quais se situam nos terrenos da economia, da política, da história, da filosofia, da ética, e assim por diante (KUENZER, 2004, p.16).

Este é o patamar da nova perspectiva da ‘práxis revolucionária’, que tem preocupações com a qualidade de vida, com a participação diante dos progressos tecnológicos e das novas formas de organização. Tudo isto num tom de conciliação entre as classes. Finalmente, como conclusão, a autora afirma: “*Resta saber quantas empresas se disporão a esta tarefa, posto que esta opção trará impactos também sobre a democratização do produto do trabalho, em contraposição à lógica que rege o capitalismo*” (KUENZER, 2004, p.17).

Por outro lado, Moraes enfatiza a importância da prática além da nomenclatura:

De qualquer maneira, independente da terminologia a ser utilizada - competências ou qualificação - o que importa politicamente é atribuir-lhe um conteúdo que responda às necessidades/interesses dos trabalhadores (MORAES, 2002, p.15).

Isto é parcialmente correto, pois uma boa definição teórica, ou seja, a aproximação mais verdadeira com a realidade delinea melhor os rumos que a nossa prática - e a própria teoria enquanto aproximação da realidade e de fundamentos para sua transformação - deva tomar. Caso contrário, não existiria necessidade de estudarmos

teoricamente a realidade. No caso, as competências carregam consigo seu princípio básico, que é o aumento da produtividade a partir da concorrência entre os trabalhadores. A anterior lógica da qualificação também sempre esteve no âmbito do desenvolver o capitalismo. Com uma diferença básica: enquanto a primeira corresponde à época do estado de Bem-estar Social, ao fordismo, à lógica keynesiana, a segunda corresponde às políticas neoliberais, ao enfraquecimento do Estado provedor, à fragilização do movimento sindical, etc. Entretanto, ambas respondem pela caracterização capitalista da força de trabalho enquanto mercadoria, só no modelo de competências, com uma maior radicalidade capitalista.

Competências, um fetiche do capital

Não é sem sentido toda a preocupação burguesa com a formação da classe trabalhadora. Existe toda uma movimentação dos mais diversos setores para inculcar essa grande nova conquista dos tempos atuais: a possibilidade da redenção da pobreza, da exclusão, da exploração via uma nova e simpática educação.

Os pilares desta nova formação da força de trabalho são alvissareiros para qualquer trabalhador: mais autonomia, mais criatividade, unidade do trabalho consigo mesmo, um trabalho sem o aborrecimento da repetição, cheio de novidades e desafios inquietantes.

A crise do capital propiciou toda uma mudança, no intuito de superar a tendência de diminuição da taxa de lucro do capital. Crise esta expressa de inúmeras formas, como a inflação, crescimento dos custos sociais dos Estados, direitos conquistados por parte dos trabalhadores, especialmente dos centros mais dinâmicos da economia. Nesse movimento, com uma força prática e ideológica de derrubar as fronteiras para a diminuição do custo das mercadorias, coube à parte da mercadoria especial – a força de trabalho – o seu quinhão.

Diminuir o custo do capital variável. As mudanças profundas no processo tecnológico e a reorganização interna da produção formavam dois pés do tripé. Faltava o terceiro: não só ser barateado, mas poder dar o salto de qualidade, respondendo os outros dois pés, sem aumentar seu custo. Ou seja, necessitava-se de um barateamento da força de trabalho em pleno processo transitório de organização do processo produtivo. A saída era incorporar ao máximo a lógica do ‘novo’ capital com um mínimo de trabalhadores, mas tendo como bases de seu barateamento, do sujeito coletivo, a tecnologia, as formas organizativas intensivas e a formação de um bem preparado e enorme exército de reserva.

As modificações de vulto nas tecnologias aplicadas no trabalho servem de suporte ideológico. Com elas, novas posturas são exigidas dos trabalhadores, situação esta relativizada pelos próprios teóricos do capital, que vão enfatizar o trabalho mais comprometido com a inteligência do capital para enfrentar uma dura concorrência.

A ‘sociedade da informação’ não é voltada para aqueles que vão trabalhar com máquinas, mas àqueles que vão conseguir aumentar os ganhos do capital, num processo de absorção dos conhecimentos dos trabalhadores. A contradição se revela quando se está diante de exigências de uma força de trabalho mais próxima dos interesses do capital, em tese, negando a sua identidade antagônica. Na prática, significa perder inúmeras conquistas trabalhistas através do aumento dos processos de precarização. O lado bom da flexibilização, cantado em verso e em prosa, tanto as formas flexíveis de produzir, ou da tecnologia, tem umbilicalmente ligados a ela o seu outro lado: a flexibilidade das perdas de direitos trabalhistas. Nisto, não poderíamos deixar de apontar que a maior precarização, sob o manto novo e mais profundo da terceirização, por exemplo, é uma exigência básica para se implementar a sedutora flexibilidade, elemento básico das competências. Não existe o modelo das competências fora dos institutos supra-estruturais atualizados.

As organizações buscam, inclusive, através do modelo de competências, internalizar nos trabalhadores valores e práticas típicas dos capitalistas. Evidentemente, sem as mesmas benesses dos mesmos, cindidos pela propriedade dos meios de produção de uns, e, de outros, a propriedade apenas de sua força de trabalho.

Além da flexibilidade no modelo das competências, ressalta-se a autonomia. Louvados pelo mercado, são considerados os processos de liberalização dos entraves do modo de organização da produção taylorista, rotineiros e embrutecedores. Essa autonomia e liberdade criativa, na verdade, caminha somente na direção do aumento da extração da mais-valia, de um processo de subsunção real, sem descartar o aumento da jornada de trabalho, controlando, portanto, ao mesmo tempo, contraditoriamente, por novos meios sutis, esses trabalhadores, em tese liberados em sua criatividade e iniciativa, mas presos numa nova e férrea lógica de controle. Evidente que esse modelo não comporta muros grandes e visíveis, mas, sim, cercas de campos magnéticos, invisíveis aos olhos.

A autonomia está diretamente ligada aos ganhos do capital. Ou seja, não existe uma autonomia sem adjetivação: ela é a autonomia para o capital, ou autonomia das competências para o capital. É o novo saber exigido, o saber ser, ser um trabalhador

feliz com a sua condição de pequeno-capitalista. O interessante é que existem inúmeros mecanismos práticos, como a terceirização, ou a participação em ações das próprias empresas em que é explorado, além dos recursos do discurso ideológico, utilizado por vários meios de comunicação, muitos deles com uma verdadeira força material, na defesa das competências. O exemplo da contradição está quando uma empresa aumenta os ganhos para os seus acionistas, quando elaboram e realizam um projeto de reengenharia, com demissões.

A perversidade do controle não está mais no chicote às costas. Está escondida no exército de reserva, na autonomia, na criatividade, nos novos processos de subsunção da vida social. Todos esses paradigmas do saber ser, juntos com o saber fazer, contribuem para o aumento da exploração dos assalariados, por parte do capital. Os trabalhadores são seus próprios capatazes. Esse controle não é só internalizado abstratamente. Os mecanismos de certificação são exemplos claros. Da certificação das competências de cada trabalhador, tirando as referências de diploma, de tempo de serviço e outras que os trabalhadores tinham no modelo anterior, indo até para um processo complexo de avaliação e, obviamente, de controle. Este ponto causa arrepios nos defensores das competências, pois ‘nem sempre’ as empresas ‘pagam’ a sua parte, um problema a ser corrigido, segundo os mesmos.

O processo de controle transformou-se num processo sistêmico. Evidente que a empresa continua com seus fiscais, que os gerentes, diretores, capitalistas ainda mandam e ‘desmandam’, além do próprio controle internalizado nos trabalhadores, que se chicoteiam para serem ‘o melhor’, para terem o emprego e que assumem a ‘mea culpa’. Quando não atingem o que deles era esperado estarão na rua da amargura. Mas não podemos esquecer que o controle é do próprio processo produtivo, do controlar os meandros da produção e reprodução do capital, do controle na subjetividade da classe trabalhadora.

Assim, as mais modernas formas internacionais de controle da produção, como a ISO, em que estão prescritas desde as inocentes medidas que o papel A4 deve ter, passando pelas formas de citação determinadas pela ABNT, até os mais complexos procedimentos na área gestacional, de segurança, ambiental, da química, de diversos processos produtivos. São tão detalhados os movimentos controláveis que não caberiam na nossa imaginação. Exemplo de controle sistêmico do capital, e como são compatíveis, ou melhor, intrínsecos à relação entre as competências e o controle da força de trabalho. O grande sentido deste controle é a glorificação das mercadorias. Para

tal, o controle ocorre nos mínimos detalhes, desde o processo de planejamento, passando pelas operações, até os processos ‘invisíveis’ de gestão. Tudo está sob controle, ou, pelo menos, pretende-se estar.

Firmamos que o modelo das competências, ou mesmo sua noção, está vinculada à racionalidade de desenvolver a força de trabalho enquanto uma mercadoria, sujeita às suas caracterizações. O fetiche, no caso, ocorre quando a força de trabalho é requerida no formato das competências, reforçando seu caráter de mercadoria. Mas, mais do que isso, ela tem as características fundamentais do fetiche: a sua perda de referência nas relações sociais produtivas. As características das competências estão fundadas na imagem e semelhança de sua classe antagônica, com os fundamentos originados na gerência capitalista, cabendo até nos mais exóticos exemplos, porque é a resposta para uma lógica hegemônica de organização da produção, a lógica do capital.

O fetiche coisifica as relações ou as naturaliza, exatamente pela perda por parte do trabalhador, do controle da produção e do seu produto. Ele não é só uma abstração. Parte das relações concretas existentes, no caso de subsunção real do capital aos trabalhadores. Portanto, é incompatível a versão ‘light’ do modelo das competências dentro das formas vigentes de exploração da força de trabalho. Também é impossível ressignificar o significado na lógica dos trabalhadores, se não ocorrer uma ruptura com a forma mercadoria da força de trabalho. Esta é uma questão central do fetiche: tratar a força de trabalho para o mercado, ou melhor, enquanto uma mercadoria, sujeita a todas as leis pertinentes à mesma.

Existem correntes ligadas a movimentos sociais que se resignam, na teoria e na prática, a obedecerem às regras impostas pelo mercado. No máximo, é desejada, como finalidade possível para os trabalhadores, uma melhoria de condições de vida, dentro da exploração capitalista. No caso, a ressignificação é um contra-senso de quem quer romper com o sistema capitalista. Ela representa a subjugação da teoria crítica materialista dialética à impossibilidade da ruptura e construção de uma sociedade que não coisifique os trabalhadores. Ela joga numa menor coisificação, ou numa coisificação factual, ou em partes dos trabalhadores. Impossível, em sua praticidade.

Assim, pretendemos defender a tese de que as competências são partes da ação do capital, no tratamento enquanto mercadoria da força do trabalho. E, por serem especiais, passam por um processo de controle mais sofisticado pelo ‘novo’ capital. Uma das principais expressões dessa nova formatação é, exatamente, a fetichização das competências. A competência é uma representação de tudo que é ‘bom’ para os

trabalhadores, numa contradição antagônica com a verdadeira intencionalidade e prática do capital. Ela representa a mistificação da ordem e a sua naturalização. Modelos de competências, modelos exemplares de fetiche da mercadoria força de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, A. S. da. **Qualificação dos Trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Tese.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 10ed. Cortes: São Paulo; MEC/UNESCO: Brasília (D.F.), 2006.

DELUIZ, N. **O modelo das competências Profissionais no Mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo**. Volume 27 - Número 3 - Setembro / Dezembro 2001

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2003.

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

KUENZER, A. **Educação, linguagens e tecnologias: as mudanças no mundo do trabalho e as relações entre o conhecimento e método**. In: CANDAU, V. Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2002.

_____. **A Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. **Competência como Práxis: os dilemas da relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores**. Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, set./dez. 2004.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. Vol I. 13a edição, Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1989.

MORAES, C. - **Educação, trabalho e formação profissional** In: Prado e Vidal (orgs). A Margem dos 500 Anos: reflexões Irreverentes. São Paulo: EDUSP, 2002.

RAMOS, M. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **É possível uma pedagogia das competências contra hegemônica?** Relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo, Trabalho, Educação e Saúde, 1, 2003.

TUMOLO P.S. **Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital:** apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo. XXIII Reunião da ANPED, Caxambu: 2000.